



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2019  
ISSN 1887-4606  
Vol.13(1) 164-171  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Reseña*

---

**Karina Falcone. *O discurso da mídia: legitimação e categorização social.***

**Recife: Editora Universitária – EdUFPE, 270 pp.  
ISBN: 978-85-415-0922-0**

*Laura Jorge N. Cavalcanti*  
Universidade Federal de Pernambuco

Em tempos de perplexidade frente a fenômenos como pós-verdade e *fake news*, uma obra que provoque reflexões sobre a natureza essencialmente relativa dos “fatos” e “verdades” que se fabricam diariamente pelas elites simbólicas é, no mínimo, bem vinda, e, para analistas do discurso em geral, ou do discurso midiático em particular, leitura obrigatória. É o caso do livro que aqui resenhamos, de Karina Falcone, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que desenvolve investigações sobre Discurso e Mídia, com ênfase em processos de categorização social, (des)legitimação, relações de poder e representações sociais nos discursos da mídia tradicional e dos coletivos midiáticos.

Nesta obra, Falcone discute de maneira consistente – embora em alguns momentos com uma densidade teórica que exige certo esforço da leitora ou leitor – conceitos caros à Análise Crítica do Discurso em diálogo com outros campos de conhecimento. A partir da interseção de campos epistemológicos, Falcone constrói uma análise detalhada e elucidativa da produção discursiva ao longo de uma década em torno de um evento que marcou a história recente dos movimentos sociais e da política brasileira: o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. A obra, portanto, apresenta relevância não só acadêmica e teórica por sua inovadora perspectiva multidisciplinar, mas também social, pela mobilização de conhecimentos sobre grupos e atores sociais (a saber, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, os poderes Executivo e Judiciário e, claro, a própria imprensa) atuantes na sociedade brasileira.

Compartilhando da compreensão de que “[em] uma sociedade democrática, o discurso público da mídia que não documenta e denuncia explícita e meticulosamente a brutalidade social, se torna, portanto, parte do problema ao invés de parte da solução” (VAN DIJK *apud* FALCONE, 2016, p. 10), a autora lança um olhar crítico sobre a cobertura realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, veículo de prestígio e grande circulação no país. Seu objetivo é claro: explicitar como “discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores, ações e grupos sociais” (p. 18).

Para alcançar tal objetivo, Falcone lança mão de um arcabouço teórico que reúne a Análise Crítica do Discurso (da qual decorre também a postura crítica/política da autora), permitindo a análise de estruturas linguístico-cognitivas presentes nos textos jornalísticos; os estudos da Cognição, mais especificamente da Sociocognição, pois Falcone entende a cognição como “uma propriedade que se desenvolve para as (e nas) relações sociais” (p. 28); a teoria Habermasiana sobre legitimação, situando “a construção da (des)legitimação na ‘esfera pública’, nas ações do discurso, e não apenas como uma ação atrelada às instituições do poder” (p. 28); e, finalmente, uma teoria social, a partir da proposta de Giddens (2003) sobre as configurações sociais como um “contínuo processo de estruturação, em uma relação de

estabilidade-instabilidade, resultante da ação de ‘sujeitos reflexivos’” (p. 28-29). Essas perspectivas teóricas servem de base para a análise de mais de trezentos textos produzidos em dez anos de cobertura sobre o massacre (1996-2006) realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Nota-se que, embora o foco da obra esteja centrado na materialidade linguística, como preconiza Fairclough (2001), essa análise textualmente orientada se presta a uma compreensão muito mais ampla de fenômenos sociais, lutas políticas e disputas de poder, além de explicar como o discurso atua na (re)produção de conhecimento, atitudes e crenças que orientam a ação dos atores e grupos sociais envolvidos nesses embates.

O livro está organizado em seis capítulos: *Considerações iniciais; A Análise Cognitiva do Discurso; (Des)legitimação: uma prática social, discursiva e cognitiva; A Fabricação da Realidade I: das categorias de análise; A Fabricação da Realidade II: entre ‘atos’ e ‘fatos’, a (des)legitimação de Eldorado dos Carajás; e Considerações finais*. Conta ainda com apresentação de Teun A. van Dijk, pesquisador expoente da Análise Crítica do Discurso (ACD) e proponente da linha de pesquisa aliada a estudos da Cognição, e que também foi co-orientador de tese da autora.

No primeiro capítulo, como de costume, é contextualizado o caso específico que se presta à investigação e são apresentadas as linhas teóricas e metodológicas gerais que orientam a pesquisa. Como mencionado anteriormente, a organização da obra integra a cada passo o aspecto teórico ao aspecto prático, o que fica evidenciado nesse capítulo pela apresentação do trabalho através da breve análise de uma notícia. Por meio deste recurso, a autora consegue apresentar de maneira didática e concisa conceitos chave da ACD bem como das outras correntes disciplinares que orientarão o restante do trabalho, além de expor ao leitor a organização global do livro.

Também neste capítulo, a autora situa na história política e social brasileira o evento gerador do embate discursivo analisado, a partir da descrição e explicação da polarização conceitual que permeia todas as notícias, notas e artigos publicados sobre o evento, a saber *massacre x legítima defesa*. Neste momento, Falcone demonstra uma importante marca distintiva das pesquisas em ACD (e a motivação por trás do qualificador “crítica”) que é a declaração do posicionamento político do pesquisador/investigador. De acordo com van Dijk (2010, p. 15-16), “os estudiosos dos [Estudos Críticos do Discurso] não são ‘neutros’, mas [...] reconhecem e refletem sobre seus próprios compromissos com a pesquisa e sobre sua posição na sociedade. [...] são também conscientes social e politicamente”.

Segundo Falcone, essa tomada de posição é essencial para trabalhos em ACD que, como este, são elaborados a partir da perspectiva particular do autor ou da autora sobre o caso investigado. Em suas palavras, “os trabalhos

acadêmicos [em ACD] devem assumir uma postura contrária às desigualdades sociais, colocando-se ao lado da luta dos excluídos. Por isso, a ACD é explicitamente ideológica e contrária ao paradigma positivista” (p. 254). Muito já se debateu se esse comprometimento explícito não incorre em perda de cientificidade em relação à pesquisa, porém van Dijk (2010, p. 16) alerta que “o não comprometimento político é também uma escolha política”, de modo que é impossível ser verdadeiramente “neutro” e “objetivo”. Inclusive, esta é uma das falácias que van Dijk e Falcone, em seus diversos trabalhos, tentam desvelar.

No segundo capítulo, Falcone apresenta o que seria a análise cognitiva do discurso a partir da discussão sobre a ACD empreendida por Fairclough e o contraste dessa perspectiva com a proposta sociocognitiva de Teun A. van Dijk. Ambos teóricos compreendem o discurso como estando em relação constitutiva com a sociedade, porém, van Dijk avança no sentido de explicar como exatamente essa constituição mútua ocorre. Para ele, e para Falcone, a resposta está na cognição, compreendida como a interface necessária entre discurso e sociedade. O discurso materializa linguisticamente modelos cognitivos, ou modelos mentais, que representam para nós o conhecimento que temos sobre as coisas, os eventos, as pessoas, os fenômenos, enfim, como compreendemos o mundo. A partir do marco sociocognitivo interacionista, a noção de modelos mentais de van Dijk (2010; 2012) ajuda a explicar como cada indivíduo pode adotar perspectivas diferentes acerca do mesmo evento, como, por exemplo, a construção do episódio tratado no livro como *massacre* ou *legítima defesa*.

Ao introduzir o elemento sociocognitivo, a autora mostra que conceitos aparentemente estabelecidos e estabilizados na Linguística ainda são passíveis de reexame à luz das teorias sociocognitivista e sociointeracionista. São assim discutidos conceitos como processo de compreensão e escrita de textos, contexto, prática discursiva, língua, dentre outros. Esse reexame é realizado através do contraste entre a teoria sociocognitivista e a teoria sistêmico-funcional, que, segundo a autora, orienta ainda muitas das pesquisas em ACD.

Embora isso ainda seja verdade para uma parcela das e dos analistas críticos do discurso, hoje, dois anos após a publicação do livro e doze anos após o desenvolvimento da pesquisa que nele resultou, talvez esse quadro não corresponda à paisagem acadêmica atual. Pesquisas desenvolvidas em várias universidades, como por exemplo a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Estadual de Campinas, além da própria Universidade Federal de Pernambuco, vêm ampliando esse horizonte e abrindo espaço para mais investigações que contemplem aspectos sociocognitivos como elementos explicativos da relação discurso-sociedade. O capítulo dois, então, responde a uma inquietação no campo das análises do discurso que diz respeito à

operacionalização da interinfluência constitutiva entre discurso e sociedade. Como as crenças, ideologias e atitudes materializadas no discurso atuam na (re)estruturação das configurações sociais?

A resposta não é simples, como descobrimos junto com a autora, e depende de vários fatores (por isso também a necessária natureza multidisciplinar da obra). Porém, no terceiro capítulo, um desses fatores é apontado, desenvolvido e tratado de maneira mais detalhada e sistemática: o processo de (des)legitimação, abordado desde uma perspectiva linguístico-cognitiva. Para tanto, a pesquisadora realiza um apanhado de diferentes referências teóricas, partindo da obra de Habermas (1996; 1999 [1973]), para a elaboração de um conceito de legitimação como “um processo em contínua (re)elaboração nas práticas sociais – entre elas a discursiva” (p. 102).

Tendo estabelecido a relação entre sociedade-cognição-linguagem no segundo capítulo, neste terceiro capítulo Falcone demonstra como a (des)legitimação, diferentemente da legitimidade, é um *processo* em contínua construção através do agir discursivo, mais especificamente, através da categorização (processo linguístico-discursivo e cognitivo). A categorização seria a operação cognitiva que nos ajuda a organizar o conhecimento sobre as coisas do mundo. Mas não pode ser compreendida como na filosofia aristotélica, como algo estanque e baseado em características essenciais. Falcone busca apoio em Lakoff (1990) Lakoff e Johnson (1999) para discutir como as categorizações sociais são de fato resultado de um processo cognitivo situado socialmente, rompendo assim com a visão clássica representacionista desse processo cognitivo. Nas palavras da autora, “Grupos e atores sociais não são legítimos ou ilegítimos a priori. (I)legítimo é uma atribuição, um ato social de categorização, sendo que tal atribuição não é estanque, mas sempre situada” (p. 106).

Para que seja possível conceber o processo de (des)legitimação como um processo dinâmico e discursivamente realizado, a autora recorre à teoria da estruturação social proposta por Giddens (2003) e, de maneira bastante concisa, dada a complexidade da teoria, explica como é fundamental que se compreenda que “os sistemas sociais não têm estruturas, mas exibem propriedades estruturais e que as estruturas só existem, como presença espaço-temporal, para orientar a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva” (p. 102). Esses “agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva”, concebidos como sujeitos reflexivos pela sua capacidade não só de reproduzir, mas de interferir na sociedade, utilizam o discurso como principal ferramenta para essa atividade de negociação de sentidos nas práticas sociais diárias. É através da categorização e recategorização social constante e dinâmica que podemos organizar nossa compreensão de mundo e da vida cotidiana.

Esses conceitos todos dão sustentação à perspectiva epistemológica adotada pela autora, que busca uma alternativa ao fazer científico positivista e desafia a visão clássica de cognição como processos e produtos autônomos. Esta proposição vem sendo elaborada desde trabalhos anteriores da autora para quem “a ‘visão sociocognitivista’ [...] assume o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos” (FALCONE, 2012, p. 265).

No quarto capítulo, *A Fabricação da Realidade I: das categorias de análise*, Falcone apresenta as categorias utilizadas, justificando suas escolhas e exemplificando como elas operam na construção discursiva de versões particulares sobre o massacre. Conceitos como *frames*, *reframing*, gêneros textuais, tópicos discursivos, representações sociais e as chamadas “unidades de ações legitimadoras” (rede lexical, referenciação, atributos e valores e verbos introdutórios de opinião) são apresentados e a relação entre eles explicada.

O quinto e mais longo capítulo concentra o esforço analítico. Nele, as notícias, notas, reportagens e artigos de opinião que compõem o *corpus* restrito são analisados de maneira sistemática, permitindo que se forme uma visão mais geral das análises que foram divididas em seis ‘*frames* de cobertura’: Frame I – A Circulação das versões; Frame II – A Mobilização da sociedade; Frame III – A Legalização de uma versão: a cobertura dos trâmites jurídicos; Frame IV – A Criminalização do MST; Frame V – A Partidarização do MST; Frame VI – O *reframing*: a não-ocorrência. Os *frames*, conceito ainda bastante debatido no contexto dos estudos sociocognitivos do discurso, são aqui trabalhados de “forma genérica e ampla – como um enquadramento, um enfoque no desenvolvimento de temas” (p. 128) e apresentados como “distintos enfoques identificados no corpus, durante os dez anos de cobertura sobre o massacre” (p. 22). Dessa forma, os “frames de cobertura” apontados pela autora, formam uma macrocategoria analítica desenvolvida a partir da observação do *corpus*, evidenciando outra característica essencial de trabalhos em ACD. Como uma agenda de trabalho mais do que um método de pesquisa, a ACD assume que as categorias de análise não podem ser dadas *a priori*, mas surgem a partir da análise dos textos e muitas vezes são elaboradas pelo próprio analista, como é o caso da macrocategoria ‘frames de cobertura’.

Finalmente, no sexto capítulo, Falcone retoma o início da investigação, recuperando metodicamente seus objetivos de pesquisa, os caminhos percorridos e as justificativas para suas escolhas, além do resumo dos resultados das análises. É notável a complexidade teórica e analítica da obra, o que, como dito anteriormente, pode restringir o seu alcance a domínios

acadêmicos específicos, não sendo um texto de fácil alcance a uma leitora ou leitor desavisado de sua densidade. Dito isso, a organização que integra teoria e análise a cada capítulo e a cada sessão torna a leitura do texto dinâmica e fluida, o que contrabalança a carga conceitual apresentada pela obra. De fato, a coerência teórica e a clareza do texto chegam a surpreender dada a vastidão epistemológica percorrida pela autora.

Além disso, apesar de tratar de um episódio que ocorreu há quase 25 anos, permanece uma obra atual haja vista algumas ações recentes do governo federal, como a transferência da responsabilidade sobre a demarcação de terras da Funai para o Ministério da Agricultura; a continuada estigmatização que legitima a violência discursiva e física direcionada ao MST e seus integrantes; a ocorrência ainda frequente de confrontos entre latifundiários (que têm a força policial de seu lado) e indígenas e outros grupos desfavorecidos etc. Infelizmente o problema da distribuição desigual de terras (de acesso e de poder, de forma geral) persiste até hoje no Brasil, o que torna este livro relevante também em termos das questões sociopolíticas abordadas.

Por fim, ressalto, como foi aludido no início desta resenha, a atualidade e relevância teórica da obra. Embora o título dê a entender que se discutirá o discurso da mídia em geral, vemos que a autora se detém a uma modalidade midiática, a imprensa, o que para alguns pode constituir um equívoco terminológico. Contudo, o desenho analítico proposto pela autora, partindo de uma perspectiva epistemológica que orienta desde a delimitação do *corpus* até as categorias de análise mais detalhadas, pode ser operacionalizado (realizando-se, claro, ajustes necessários) para a análise do discurso produzido e disseminado em outras mídias que surgiram desde então. Vêm à mente principalmente as redes sociais virtuais e os *sites* e portais de notícias. A perspectiva multidisciplinar e crítica proposta por Falcone transcende o caso estudado pela autora nesse livro e deve ser trabalhada em relação a outros embates discursivos, sociais e políticos envolvendo qualquer canal midiático.

### Referências

- Fairclough, Norman (2001).** *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
- Falcone, Karina (2012).** Gêneros Textuais e o 'Agir Cognitivo'. In: MIRLEU, I.; RODRIGUES, M. C. (Orgs.). *Ensino de língua e Literatura: políticas, práticas e projetos*. Campina Grande: Bagagem, p. 115 – 128.
- Van Dijk, Teun A. (2010).** *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, Teun A. (2012).** *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto.

### Nota biográfica



Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atualmente é doutoranda em Linguística na mesma instituição. Integrante do NELFE (Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita), da UFPE. Atua como professora efetiva de língua portuguesa da rede estadual de ensino, na Escola Manoel Borba. Possui graduação em Licenciatura em Letras Português e Espanhol pela Faculdade Frassinetti do Recife (2010). É especialista em Linguística Aplicada a Práticas Discursivas também pela Faculdade Frassinetti do Recife (2012).